



COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

(Sessão realizada em 23 de agosto de 2022).

SENHOR PRESIDENTE.- Havendo quórum, está aberta a sessão.

(São 16h13).

–Boa tarde.

Iniciamos uma nova sessão da Comissão Especial de Futuros da Assembleia Geral.

A coordenação desta sessão está a cargo da senhora legisladora Sanguinetti e do senhor legislador Melazzi, que vai se conectar via Zoom.

SENHORA SANGUINETTI.- Temos muito prazer em receber as especialistas, senhoras María Inés Fariello, Cecilia LLambí, Mercedes Aramendía e Lydia Garrido, e os especialistas, senhores Juan Bogliaccini, Guillermo Dutra, Felipe Migueis e Bruno Gili, para abordar o eixo temático «Novas capacidades para o século XXI: Aprendizagem Permanente». Damos as boas-vindas a vocês e agradecemos a presença neste espaço. Creio que este é um dos grandes temas e, obviamente, o escolhemos porque nos parece o mais interessante, o mais desafiador, e compartilhamos com outras sociedades esta mudança de paradigma: a segmentação tradicional que existia antes entre o que é trabalho, habilidades e capacidade de trabalho, como esferas independentes, agora está se desfazendo, porque tudo está se misturando, se unindo ou se fundindo. As sociedades caminham para o que é a aprendizagem permanente, ou seja, para isto de aprender a aprender e reaprender; é a atitude que devemos ter, sobretudo os nossos jovens, durante toda a sua trajetória.

Parece-me importante comentar que estamos nisto de forma concomitante com uma transformação na educação que está sendo impulsionada. Aliás, tínhamos achado uma boa ideia que Adriana Aristimuño estivesse presente nesta sessão – teríamos adorado e teria sido muito mais interessante do que quem fala –, mas, infelizmente, a agenda dela é uma loucura. Inclusive, esta comissão iria se realizar em outro momento, mas ela tampouco podia comparecer.

Enfim, boa parte do que está sendo feito e do que é impulsionado a partir da transformação educacional tem a ver com essa mudança de paradigma. Para aqueles que não conhecem o marco curricular nacional, convido a darem uma olhada, porque me parece um documento muito valioso, que está em estudo pelos diferentes coletivos e setores da sociedade. Na verdade, ele se alinha com o que é proposto neste eixo três e é tão necessário para o nosso país.

Vieram tantos especialistas que eu gostaria de começar agora mesmo, embora o senhor legislador Melazzi ainda não tenha se conectado. Talvez possamos começar com a primeira pergunta e deixamos a intervenção do meu colega para o final.

(Inicia-se a conexão via Zoom com o senhor legislador Melazzi).

—Já que conseguiu se conectar, damos as boas-vindas ao senhor legislador Melazzi, a quem comento que eu estava fazendo a introdução ao tema e ia começar com as perguntas.

SENHOR MELAZZI.- Boa tarde a todos; uma saudação ao senhor presidente da comissão, aos senhores legisladores e aos especialistas.

Como acabei de me conectar, quero saber se a senhora legisladora Carmen Sanguinetti já fez uso da palavra.

SENHORA SANGUINETTI.- Sim, fiz uma breve introdução.

SENHOR MELAZZI.- Perfeito. Obrigado!

Quero apenas fazer também uma breve introdução, mais terra a terra, já que contamos com os especialistas que, de alguma maneira, poderão depois se estender sobre o tema.

Antes de mais nada, boa tarde a todos.

Como foi mencionado anteriormente, nesta oportunidade vamos abordar o vetor três do documento, «O futuro do trabalho e o trabalho do futuro», no qual se enfatiza a necessidade da aprendizagem intensiva permanente. A formação deve estar disponível ativamente durante toda a vida de uma pessoa e para toda a sociedade. Nesse contexto, o nosso país enfrenta, durante o século XXI, desafios que o impulsionam a seguir pensando no desenvolvimento das capacidades, habilidades e competências para o futuro do trabalho. Nesse cenário, deparamo-nos com o fato de que os números que vêm sendo divulgados para este ano a respeito do crescimento da economia global giram em torno de 3,2 % no mundo todo; no entanto, na América Latina a economia vai crescer apenas 0,6 %. Portanto, deveríamos nos perguntar quais são os motivos pelos quais, de alguma maneira, crescemos tão pouco. Sem dúvida pode haver inúmeras razões, mas poderíamos destacar duas delas como chaves fundamentais de crescimento. Em linhas gerais, podemos dizer que as economias não crescem se não investimos em educação para o futuro. Na América Latina não nos demos conta de que estamos na economia do conhecimento, onde o trabalho mental vale cada vez mais do que o trabalho manual e as commodities – como o petróleo, entre outras – valerão cada vez menos. É por esses motivos que os asiáticos criaram uma meritocracia educacional em que os estudantes estudam cada vez mais e melhor. No entanto, na América Latina a educação está ficando cada vez mais para trás e distante do mundo real.

Na nossa região falamos continuamente dos heróis do passado em matéria educacional, o que me parece muito bom, pois somos este presente graças ao passado, mas não podemos perder de vista que devemos pensar mais nos inovadores do futuro. Enquanto os asiáticos vivem guiados pelo pragmatismo e são obcecados pelo futuro, os latino-americanos vivemos guiados pelas ideologias e somos obcecados pelo passado. A título de exemplo – já ouvi isso várias vezes – compara-se a nossa moeda com a deles. Por exemplo, na América Latina as nossas moedas trazem próceres da independência e em Singapura a moeda deles mostra a universidade com um

mestre, seus estudantes, e pode-se ler a palavra «educação». Ou seja, enquanto nós veneramos os nossos próceres do passado, eles veneram os inovadores do amanhã.

Eu só queria fazer esta pequena introdução. Agradeço a oportunidade e tomara que possamos seguir em frente para ter uma sociedade mais justa e gerar oportunidades para todos. Creio que esta comissão foi formada com esse sentido. Muito obrigado, senhora presidenta.

SENHORA SANGUINETTI.- Se acharem bom, passamos à pergunta que diz: Quais são os principais desafios que o Uruguai enfrenta para acompanhar a mudança do contexto e das suas exigências para que pessoas, coletivos e empresas se desempenhem no mundo do futuro do trabalho? Que capacidades, competências e habilidades?

SENHOR DUTRA.- Boa tarde.

Realmente é um prazer estar aqui para tratar deste tema. A última reunião a que me coube assistir apontava um vetor de transformação: a aprendizagem permanente, ou ao longo de toda a vida, como um vetor que poderia provocar a transformação que o país tem de encarar para o desenvolvimento sustentável, com as implicações que esse conceito requer.

Talvez influenciado pelo papel que estou desempenhando atualmente como diretor do Inefop, minha visão e minhas contribuições possam ser complementadas pelo restante dos especialistas. Gostaria de abordar o tema da definição de aprendizagem permanente para deixar claro a que nos estamos referindo e aonde queremos chegar. Este é um conceito que vimos cunhando desde 1996, com o Relatório Delors, no qual se falava da sociedade do conhecimento, da sociedade da informação, e já se começava a identificar a aprendizagem permanente como uma política que os países deviam incorporar em prol do desenvolvimento sustentável.

A aprendizagem permanente nos impõe o desafio de ter de reconhecer a educação formal, os espaços não formais de formação e, inclusive, a formação informal. Claramente são componentes que se complementam; temos de reconhecer esses âmbitos onde se geram as aprendizagens: a sala de aula, a empresa, a comunidade. Em suma, essas aprendizagens são as que vão habilitar – na medida em que possam ser acumuladas e reconhecidas – o exercício da cidadania e da empregabilidade. Então, creio que o objetivo da aprendizagem permanente nos leva não só a ver o tema a partir do âmbito educacional, mas também a tentar integrar outros atores e outros âmbitos na sua abordagem, na sua governança e nos processos de reforma. É assim complexo e desafiador, mas é o que nos está sendo demandado hoje. O legislador Melazzi apontava padrões muito rigorosos sobre a nossa produção, ou seja, padrões que ditam a competitividade, que exigem produtividade, que exigem estar abertos à incorporação de tecnologia. Da mesma forma que temos essas demandas e essa agenda, temos uma demanda e uma agenda que nos apontam problemas estruturais. Há segmentos da população que realmente têm obstáculos para se incluir nesses processos de aprendizagem que estão ocorrendo. Falo de jovens que abandonaram o sistema educacional, de trabalhadores rurais, de mulheres, de trabalhadores que estão no setor informal.

Por ora, encarar o tema da aprendizagem permanente parece exigir cuidar desse cenário que apresenta demandas diferentes e – reitero – cuja abordagem necessariamente exige levar em conta que o que estamos tentando promover no século XXI está relacionado com o exercício da cidadania e a empregabilidade. Compartilho com vocês que, em março de 2020, recém-declarada a pandemia, o Inefop tinha de discutir seu mapa estratégico até 2024 e, para isso, era preciso gerar acordos com o movimento sindical e as organizações empresariais. Devíamos elaborar uma agenda que nos permitisse construir uma carta de navegação até 2025. O primeiro objetivo estratégico foi promover a formação permanente com eixo nas competências transversais, a fim de facilitar a mobilidade dos trabalhadores na força de trabalho. Aqui há vários pontos que começam a marcar a nossa agenda. Quando falamos de aprendizagem permanente, estamos nos concentrando nas pessoas e não nos limitando a uma idade; estamos tentando reconhecer trajetórias e o que dizia a legisladora Sanguinetti, ou seja, a capacidade de aprender e de desaprender em um contexto de mudança permanente.

Da mesma forma que esses tópicos marcam a agenda ou a abordagem, é preciso dar-se por ciente de algo que nos parece novo e difícil de trabalhar, mas que indubitavelmente nos exige cada vez mais ter definições a respeito. Refiro-me às habilidades do século XXI e, como já assinalei, às soft skills. Claramente a sociedade está nos demandando respostas, que são as que habilitam as pessoas a enfrentar a mudança, a se manterem nos circuitos de formação e a construir itinerários formativos.

Conto a vocês que, no caso do Inefop, montamos uma agenda de dez competências transversais para poder encarar o tema. Elas se complementam entre si, mas levam em conta tudo o que se relaciona com o atitudinal, a cultura de trabalho, a capacidade de trabalhar em equipe, de poder se comunicar, de assumir a mudança e de ser flexível diante do conflito.

A identificação que fizemos desse primeiro pacote de dez competências transversais, que traduzimos em um glossário, nos ensinou a começar a incluí-lo em todas aquelas formações que estamos comprando, a partir do Inefop, de nossos fornecedores. Ou seja, devemos relacionar a formação específica com o desenvolvimento de competências transversais e, para isso, aproximamos esse primeiro referencial do glossário de dez competências que estamos promovendo com um programa com três consultorias privadas, que chegou a um universo de 10.000 pessoas no Uruguai, com reconhecimento; agora vamos dar-lhe escalabilidade para que tenha maior impacto no interior. Creio que este é um tema que faz um questionamento forte à educação formal e à educação não formal e, a partir do foco da empregabilidade, está sendo demandado e priorizado diante do que é a formação específica. Deixaria por aqui a minha intervenção; depois a retomarei.

SENHORA SANGUINETTI.- Muito obrigada.

Agora passamos a palavra a Cecilia Llambí.

SENHORA LLAMBÍ.- Obrigada.

Eu não tinha certeza se a ideia era fazer uma apresentação ou não, porque da última vez tínhamos feito uma conversa; de qualquer modo, eu tinha preparado algo e aproveitei para compartilhar.

(Exibe-se apresentação).

—Na verdade, nesta primeira parte eu pensava me referir aos principais desafios que o Uruguai enfrenta para acompanhar as mudanças no mundo do trabalho e, depois, em uma segunda rodada, imagino que abordaremos o segundo tema. A ideia desta primeira parte é apresentar, em linhas gerais, quais são os aspectos envolvidos. Embora haja muitas coisas que creio serem conhecidas por todos, parece-me conveniente ter um resumo sobre onde estão as principais lacunas que precisamos conhecer e enfrentar para pensar em um contexto de aprendizagem permanente no Uruguai.

A primeira — e a mais óbvia, talvez — é o fato do baixo acúmulo de capital humano que o Uruguai tem. Isso, em si mesmo, é uma restrição se estamos pensando em aprendizagem permanente e em aprendizagem e requalificação de adultos. Isso quer dizer que o Uruguai, em termos comparativos com a América Latina, tem um nível educacional da sua população que é mais baixo. A título de exemplo, assinalo que na média de vinte e dois países da América Latina e do Caribe temos que, para os nascidos nos anos oitenta, há 50 % da população que supera o ensino médio, ou seja, que já tem, pelo menos, ensino médio completo ou universitário. No Uruguai é de 40 % e, de fato, o que se vê em todas as comparações é que o nosso acúmulo de anos de educação é mais lento do que a média da América Latina. Então, isso em si mesmo é um desafio importante.

Há outro aspecto também relevante, que tem a ver com o anterior — embora não só com isso — e é que, além disso, esse lento avanço do Uruguai — que vem de décadas — não fechou a lacuna entre as pessoas do quintil mais baixo e do mais alto de renda.

O que vocês podem ver são gráficos da razão entre o quintil 1 e o quintil 5 dos anos de educação médios da população de vinte e um a trinta anos para vários países da América Latina. Em suma, o que importa aqui é observar que, embora em vários países da região essa razão tenha ido subindo, ou seja, tenha tendido, não a se fechar, mas pelo menos a reduzir as diferenças de anos de educação da população entre o quintil mais baixo e o quintil mais alto, isso no Uruguai não aconteceu. Essa é outra restrição que devemos considerar ao pensar em políticas para a aprendizagem permanente.

Quero destacar, de modo muito sintético — já que não é bem assim —, que temos dois grupos populacionais, conjuntos de jovens que começaram a ter acesso ao ensino superior. Há um aumento da proporção de estudantes universitários de primeira geração, o que quer dizer que no Uruguai existe certa mobilidade educacional ascendente, mas ela é, primordialmente, de filhos de pais que completaram o ensino médio. É como a cauda média-alta da distribuição educacional que vai avançando. Isso teve a ver com a expansão das ofertas no interior e assim por diante.

Por outro lado, de acordo com um estudo realizado por Bonavida e outros, a partir da CAF, para vários países da América Latina, pode-se perceber que não há mobilidade educacional ascendente no nível médio. Ou seja, continua estagnada no nosso país a fração de jovens cujos pais não terminaram o ensino médio.

Se os senhores legisladores observarem o gráfico azul-claro, verão que na região houve certa mobilidade ascendente, alguma redução das lacunas educacionais, e que no Uruguai há uma fração da população para a qual isso não aconteceu. Esta é outra restrição a levar em conta ao pensar nas políticas de aprendizagem ao longo da vida.

Quando se pergunta aos jovens por que abandonam o sistema educacional, surgem dois grandes motivos que me parecem importantes. Há um primeiro grupo que, no gráfico, aparece na parte superior. Trata-se de motivos econômicos ou de trabalho, expressos fundamentalmente por homens, rapazes, e motivos de cuidado de crianças ou familiares, expressos essencialmente por mulheres. Na verdade, referem-se a restrições em termos de custos de oportunidade que esses jovens estão enfrentando para continuar estudando. Qualquer política de incentivo à formação de jovens em alguns contextos vulneráveis, de alguma maneira, deve conseguir enfrentar esses custos de oportunidade de não trabalhar ou de continuar estudando e facilitar o cuidado de crianças e familiares, fundamentalmente para as mulheres.

Existe outro grupo de motivos que tem a ver com o sistema educacional em particular. Refiro-me a dificuldades de aprendizagem, a preferências por aprender coisas diferentes, desmotivação, percepção de que é muito para o resultado que se vai obter, isso não me serve e assim por diante. Devemos analisar qual é a pertinência e a relevância do que está sendo ensinado nos nossos sistemas educacionais. Isso tem a ver com o que mencionava o senhor Guillermo Dutra a respeito de quais habilidades, saberes ou competências deveríamos estar pensando em ensinar aos jovens que constituam uma motivação e que aumentem a sua percepção de que vão servir para se inserir no mercado de trabalho e na sociedade.

Retomando o que dizia o senhor Guillermo Dutra, as habilidades não se formam somente no sistema educacional; há outros âmbitos, como a educação não formal, a educação no trabalho, a formação profissional etc. O que sabemos é que, sem completar a educação formal, as oportunidades de trabalho se reduzem bastante, não só na qualidade do trabalho e na possibilidade de se inserir em uma empresa formal ou de grande porte, mas também nas chances de receber capacitação no trabalho. O trabalho é uma fonte de aprendizagem e as empresas grandes ou de certo porte têm políticas de formação in house dos seus trabalhadores e de sua requalificação, mas isso não acontece com todas as empresas. Além disso, se os jovens pior formados ou que abandonaram os estudos não se inserem nessas empresas, mas em outras, então as chances que têm de continuar acumulando habilidades são mais restritas.

Acrescento outro dado: se compararmos o Uruguai com a América Latina, vemos que, em média, a transição educação-trabalho é mais difícil. No nosso país, se olharmos a relação entre a taxa de desemprego juvenil e a taxa de desemprego média, observaremos que no Uruguai essa relação é mais alta do que a do resto da América Latina, segundo os dados do CED.

Há muitas outras questões, mas, a meu ver, estes são os principais aspectos a levar em conta quando pensarmos nas opções ou nos modelos de formação e nos elementos que devemos considerar para gerar uma aprendizagem ao longo da vida.

SENHORA SANGUINETTI.- Na verdade, é a segunda pergunta que vinha nesta, quais são as capacidades, competências e habilidades, e a que tem a ver com os sistemas e modelos educacionais é a segunda pergunta, que podemos deixar para mais adiante. Muitíssimo obrigada.

A propósito do que comentava Cecilia Llambí sobre a percepção dos estudantes quanto à utilidade do que estavam aprendendo, parece-me pertinente comentar a vocês que está sendo conduzida na ANEP uma pesquisa com os estudantes, de forma massiva, sobre essas percepções. Foi-nos dito há pouco na Comissão de Educação e Cultura que esses resultados serão públicos, de modo que, para muitos dos que estão aqui, que são acadêmicos e pesquisadores desses temas, será uma informação relevante e significativa.

SENHOR BOGLIACCINI.- Antes de mais nada, quero agradecer o convite. É um prazer para mim estar aqui e poder compartilhar algumas ideias, fruto da minha pesquisa e da de muitos outros colegas que tive a capacidade de ler.

(Exibe-se apresentação).

—O problema não é sermos poucos, mas não estarmos preparados e, embora eu vá chover no molhado em algumas coisas, quero dar uma perspectiva distinta. Vou falar de três questões. Em primeiro lugar, do que estamos comentando nesta reunião, que é adaptar-se, a aprendizagem permanente; há uma pergunta anterior a esta que é muito importante: adaptar-se a partir de quais ativos, porque nenhum ser humano pode fazê-lo no ar.

Em segundo lugar, destaco o papel do sistema político. Os senhores estão sozinhos, são como o Cavaleiro Solitário, e depois explico por quê.

Em terceiro lugar, cito a proposta de um novo contrato social, que tem dois componentes e sobre o qual não quero ir embora sem expor.

No Uruguai e no mundo temos uma agudização da escassez de trabalhadores. No nosso país é evidente e no mundo acontece o mesmo. Por um tempo a demanda por trabalho vai subir, mas a oferta de trabalho tenderá a baixar. O que podemos fazer?

(Interrompe-se a conexão via Zoom).

—Obrigado a todos pela paciência.

Vou citar a automação, o fomento à imigração — muitos países tentam fazê-lo —, o aumento da idade de aposentadoria, que é uma discussão que o Uruguai está tendo neste momento, a inclusão de muito mais mulheres na força de trabalho, ou o que se chama de exército de reserva, e a maximização do desenvolvimento de habilidades nas forças de trabalho. Vou falar destas duas últimas questões. O que implica isto de se adaptar? Implica que nos próximos anos haverá uma abundância

da oferta de trabalho não qualificado e uma escassez da oferta de trabalho qualificado. Então, os problemas aos quais é preciso se adaptar são dois: a escassez das ofertas de trabalho mais a discordância entre as habilidades disponíveis e as habilidades requeridas. Este é um grande problema para nós. Adaptar-se – e quero me concentrar nisto – requer ferramentas próprias que são adquiridas primeiro no processo educacional. O uso de habilidades próprias é um pré-requisito para se adaptar ao futuro ou para inovar. Portanto, quando chegamos a determinado momento da vida, temos de pensar no nosso portfólio de atividades, quais são aqueles ativos que, se forem escassos, fazem com que a nossa capacidade de adaptação fique diminuída, assim como a capacidade de intuir caminhos de mudança. Por que quero insistir nisto? Realmente, hoje temos dois Uruguais: o que está dentro do sistema educacional e o que está fora. São duas metades. Dizia a senhora Llambí e agora vou tentar enfatizar. Este é um exercício. Este é o índice de desenvolvimento humano potencial por fator de educação. Na imagem se vê que, do lado esquerdo, temos o índice de desenvolvimento humano dos países, onde estamos, e, do lado direito, há um ajuste por desigualdade educacional. Sobre isso, peço que se observe a inclinação do Uruguai, que é gigantesca. É um dos países com maior perda de desenvolvimento humano por desigualdade educacional.

SENHORA SANGUINETTI.- Desculpe, mas não estou vendo qual é o Uruguai.

SENHOR BOGLIACCINI.- É o penúltimo. Ficou um pouco pequeno. O de cor laranja é a Costa Rica e embaixo, no final de tudo, está o Uruguai em azul. É importante ver a inclinação. Este é um exercício, mas passamos de 79,5 a 64,2 por desigualdade educacional. Isso quer dizer que, olhando ao contrário, poderíamos estar muito melhor do que estamos no índice de desenvolvimento humano se tivéssemos igualdade no acesso e na conclusão do ciclo educacional. Por que estamos onde estamos? Em primeiro lugar, a economia não vai nos ajudar, porque, pela própria matriz produtiva, a demanda por mão de obra social ou dos setores mais pujantes é escassa. Nosso setor exportador é primário. Temos escassas habilidades específicas. A senhora Llambí dizia que em algumas empresas formam os trabalhadores, mas na América Latina isso é tremendamente marginal. Não se exigem habilidades específicas nesses mercados de trabalho e, no que diz respeito às habilidades específicas por setor, como por exemplo o da construção, temos grandes dificuldades para gerar essa formação, porque, se se capacita a pessoa e a empresa ao lado a leva embora, gera-se um problema. O nosso setor da construção é extremamente bem-sucedido nisso e depois podemos falar desse exemplo. Essa escassa demanda por habilidades produz um tracking muito fraco em direção ao sistema de educação formal e isso gera poucos incentivos para a formação por parte das empresas, porque há alto risco, como disse anteriormente. Há um gargalo para potencializar o dinamismo em setores novos. De repente vão aparecer, mas não sabemos quando. Por exemplo, o desenvolvimento de software hoje se depara com o fato de que não temos gente para empregar. Hoje podemos pensar em software e estar muito preocupados com a programação, mas a verdade é que eu estou preocupado com o que vem depois, que não sabemos o que é nem em que momento vai chegar. Sabemos que não temos mão de obra e que não temos as pessoas preparadas. Isso nós sabemos. Esse é um problema. Isso é importante porque nos obriga a olhar com um olho as tendências no norte, mas com outro os próprios problemas do sul que, por serem conhecidos, não deixam de ser importantes: a pobreza, a falta de habilidades e a baixa produtividade.

A opinião pública tampouco vai nos ajudar, e isso é muito importante. Muitas vezes, um motor do nosso sistema político – de qualquer sistema político – é ter uma opinião pública que empurre para gerar uma mudança. Há alguns estudos incipientes sobre isso que são bem interessantes.

Algo muito conhecido é que a reforma educacional tem custos concentrados e imediatos, mas resultados dispersos e de longo prazo. Então, vamos assumir os custos, vamos esquentar a chaleira – por dizer de alguma maneira –, mas outra pessoa vai tomar o chimarrão. A opinião pública tem uma influência maior quando o sistema político é vocal, mas com base em alta proeminência e atitudes consistentes. Então, quando o sistema político se alinha, a opinião pública também se alinha. Por outro lado, quando os problemas são destacados – como acontece muitas vezes no Uruguai – e as atitudes do sistema político estão em conflito, ainda que o sinal na opinião pública seja forte, ruidoso, os partidos políticos tendem a ter mais influência na formulação de política do que a opinião pública. Portanto, a opinião pública não me ajuda. Entendem?

Agora, quando o sistema político não vocaliza o problema educacional de forma consistente – é a terceira circunstância –, a proeminência do tema é baixa e os grupos de interesse são dominantes na determinação da política. Esses são os universos em que nem o mercado de trabalho nem a opinião pública vão ajudar o sistema político a processar essas reformas.

Há alguns nós instrumentais para abordar o problema que me parecem fundamentais. Um deles é que precisamos de muito mais dados para um diagnóstico fluido. No Uruguai há uma escassez temerária de dados e os poucos que temos não se emprestam. Às vezes o Governo não os empresta a si mesmo, e não falo deste em particular, mas do Governo como uma entidade. Por exemplo, temos as provas PISA no ensino médio, Aristas no ensino fundamental, mas não vamos ter PIAAC – que é o PISA das habilidades permanentes –, apesar de falarmos de aprendizagens permanentes há anos. Precisamos medir muito mais do que estamos medindo e liberar dados para diagnóstico e análise de forma fluida.

Há muitas outras iniciativas – trouxe algumas –, mas esse problema dos dados não é nada menor. Às vezes penso que o Uruguai deveria estar na OCDE por um único motivo: ser obrigado a ter as suas estatísticas para poder trabalhar com os dados. Realmente precisamos ampliá-los. Quando fazemos estudos comparados sobre o Uruguai, os indicadores que temos muitas vezes são muito pobres em relação aos que outros têm.

Creio que precisamos de um novo contrato social.

(Diálogos).

–Em primeiro lugar, é preciso pôr fim à pobreza infantil. A primeira coisa que é preciso perguntar é por que temos pobreza infantil e atacá-la com transferências econômicas em cash ao binômio mãe-filho na idade de zero a dois anos. A pobreza infantil é uma decisão política e uma limitação ao desenvolvimento neurocognitivo, com defasagens parcialmente irreversíveis.

Então, volto ao primeiro slide. Quem pode se adaptar? Vejamos as trajetórias das crianças e depois perguntemo-nos se todos estamos em condições de nos adaptar ou se esses diálogos – que são importantes – não caem, muitas vezes, exclusivamente no quintal de quem já chegou. Como bem dizia Cecilia Llambí, são só alguns os que vão à oficina.

Nos dois gráficos que tenho e que aparecem na tela – não se vê muito –, temos o Uruguai – o gráfico da esquerda – e a Noruega. As duas linhas de baixo são as transferências em cash ao longo da vida; a última são as aposentadorias. Assinalo particularmente a parte amarela, que são as transferências que a Noruega faz, em cash, a mães de lares pobres. Nos primeiros anos de vida são brutais. É uma decisão política: acabar com a pobreza infantil. Faz-se a transferência em cash e acaba-se com a pobreza infantil.

Aqui é fiscalmente razoável. Por quê? Porque temos cada vez menos crianças. Portanto, é uma política que não vai crescer de maneira custosa e é fundamental para evitar um conjunto de problemas – defasagens neurocognitivas, problemas de nutrição infantil – que são extremamente difíceis de equiparar, façamos o que fizemos anos mais tarde. O Uruguai pode fazer isso porque tem uma estrutura de bem-estar extraordinária. Em gerações temos feito isso, mas precisamos – e deixo o segundo componente para todos ali – eliminar a pobreza infantil.

SENHOR MIGUES.- Muito obrigado pelo convite.

É um prazer poder compartilhar algumas ideias e escutar alguns outros que também vêm pensando nesses temas.

Algumas coisas nós comentávamos na reunião passada. Tenho um viés muito claro em direção à educação, aos jovens e ao mercado de trabalho; por isso, vou tentar sair um pouquinho daí.

Eu pensava na mesma ideia que Cecilia Llambí e Juan Bogliaccini transmitiam. Gostaria de acrescentar alguns matizes mais para somar complexidade à análise. A primeira coisa que digo é que o Uruguai não parte do zero; essa é a primeira dificuldade. O Uruguai não constrói em terreno baldio, digamos, mas sobre um monte de coisas que já existem. Principalmente, há o baixo nível de capital humano, mas ele tende a se concentrar muito fortemente nos jovens.

Um economista da CEPAL falava de desemprego de fluxo e de stock. Os jovens ficam desempregados porque são jovens e vão transitando pelo espaço de ganhar impulso, de pagar o pedágio, ou como quer que se chame, e depois vão conseguindo trabalho. Isso se vê e, à medida que aumentamos a idade, as taxas de desemprego específicas vão caindo. Ele também falava de outra ideia de desemprego, o de stock: jovens que hoje não são empregáveis e que, provavelmente, amanhã também não serão empregáveis e, na melhor das hipóteses, se forem empregáveis, é em empregos muito ruins. Isso determina muito claramente as trajetórias educacionais futuras, porque há um stock de gente muito pouco empregável.

Não há um estudo feito, mas estamos tentando realizá-lo com o Centro de Estudos para o Desenvolvimento. Nos últimos vinte anos, no Uruguai, quase metade

da população – um pouquinho mais ou um pouquinho menos – de entre vinte e vinte e quatro anos que estava desempregada tinha como nível educacional máximo o ciclo básico. Enfrentavam o desemprego com um nível educacional máximo de ciclo básico, dos vinte aos vinte e quatro anos; portanto, a probabilidade de que se reinserissem no sistema educacional já tinha caído muitíssimo.

Acrescento outro elemento; mais do que dois, eu diria que há um terceiro Uruguai. Temos o Uruguai que está fora do sistema educacional, mas, com o que está dentro do sistema educacional, temos mais dois: o que está aprendendo e o que não está aprendendo. Há muitos garotos que estão dentro do sistema educacional e não estão aprendendo porque o sistema educacional não consegue focalizar a proposta que lhes está sendo feita. Creio que aí temos uma terceira população que me parece bom incorporar. Acrescento também outro desafio, que é institucional e cultural – que andam de mãos dadas – e é que, para que o Uruguai caminhe em direção a essa ideia de aprendizagem permanente que, como dizia Guillermo Dutra, está presente há muito tempo, é preciso romper com elementos culturais. Por exemplo, a educação técnica não é uma má opção; é uma excelente opção, se for uma proposta de qualidade. Os países desenvolvidos têm taxas de matrícula na educação técnica – o que aqui seria a UTU ou a UTEC – muito próximas da metade. Aqui no Uruguai, embora seja a única oferta educacional que cresceu, a matrícula está muito abaixo disso. Outro dia, trabalhando em um centro juvenil na Cruz de Carrasco, fiquei surpreso. Eu pensava que a ideia de opção B era muito mais para os níveis socioeconômicos altos. Se alguém diz «Meu filho não foi para a universidade, foi para a UTU», respondem: «Ah, que pena que foi para a UTU». Muitas mães do centro juvenil diziam: «Não quero que ele faça a UTU; quero que faça o ensino médio». Fiquei muito impactado e achei muito interessante trazer isso à tona. Isso atravessa as culturas ou imagens que temos de romper dentro do próprio sistema educacional para trabalhar sobre este tema. Outro desafio que vai se delineando aos poucos é o de desenho institucional: como as instituições estão desenhadas para serem pertinentes, para apostar na qualidade, para tomar decisões rapidamente, para não se atrasar. Esse é um desafio imenso que o Uruguai tem em geral, mas que na educação parece ser bem claro, bem forte. Dou como exemplo o tempo que leva para modificar um programa de educação. Enquanto o mundo muda cinco ou seis vezes, nós só agora nos pusemos mais ou menos de acordo sobre se o marco curricular era prévio, era posterior, estava no meio, no caminho, se era um documento mártir ou o quê.

Essa diferença de velocidades também está enraizada em desenhos institucionais que, às vezes, tornam um pouco complexo não correr à velocidade do mercado de trabalho – porque é impossível e nem creio que seja desejável –, mas sim ser um pouquinho mais ágeis e nos movermos mais nessa linha.

Isso vai deixando a ideia do path dependence, o passado que determina o futuro, e custa-nos muito romper a noção de como o sistema educacional está montado. Com relação à aprendizagem permanente, é um tema de que gosto muito e sobre o qual venho refletindo. Em geral, a ideia de aprendizagem permanente me sobrecarrega, porque é um monte de tempo bem diferente e gosto de pensá-la em

diferentes etapas. Uma – e fico muito feliz que Juan Bogliaccini também a tenha trazido – é a que vai de zero a três anos. A primeira aprendizagem permanente começa aí e talvez até antes de a criança nascer, no cuidado da mulher grávida; aí já estamos colocando algumas limitações, alguns tetos, para os jovens nesse sentido.

Depois vem a passagem da educação formal obrigatória, onde há um ponto nevrálgico bem curtinho, que é a transição escola-trabalho, etapa em que se determinam muitas futuras trajetórias profissionais e educacionais.

Por último, há uma etapa um pouquinho mais longa de reaprendizagem e upskilling, na qual se aprendem coisas novas para se mover transversalmente e também verticalmente no mercado de trabalho. A esse respeito, chego a pouquíssimas conclusões sobre o que é e o que deveria implicar, porque me sobrecarrega a sensação de que a aprendizagem permanente engloba uma quantidade de conceitos; há muita coisa dita, mas pouco clara e, na verdade, parece que estamos todos de acordo, mas, quando vamos afiná-los, nem todos entendemos a mesma coisa. Então, esses conceitos são um pouco traiçoeiros.

Quero lançar algumas linhas para expressar o que, da minha perspectiva, é a aprendizagem permanente.

Primeiro de tudo, a aprendizagem permanente é aprender e desaprender; esses são dois processos que parecem ser semelhantes, mas têm algumas diferenças. Muito do que aprendi agora vou ter de desaprender para liberar espaço do disco rígido e poder incorporar coisas novas. Então, é preciso pensar em como estamos educando ou formando para desaprender.

Do mesmo modo, a aprendizagem permanente é essencialmente autogerida, ou seja, quem vai tomar decisões de aprendizagem permanente são adultos que o fazem de maneira autônoma. Por sua vez, como poderiam ser desenhados sistemas de informação claros e precisos e incentivos para que as pessoas continuem se formando? O mercado de trabalho é tremendamente antipático para isso. É preciso ver o que está sendo demandado e quais são as habilidades requeridas, como JavaScript, HTML, Blockchain e logística de não sei qual. Bem, o que se demanda é a pessoa que ajuda os outros a entender tudo isso. Isso se forma aqui e a aprendizagem é de muita qualidade. Portanto, é necessário saber como geramos informação clara e precisa para tomar decisões. Por sua vez, a aprendizagem permanente é muito mais transversal do que técnica, algo que já foi dito reiteradas vezes.

Outra característica da aprendizagem permanente é que ela acontece em uma grande quantidade de espaços que têm de começar a ser reconhecidos. A educação formal tem de poder dizer: «Se faz dez anos que você trabalha de eletricista, você não precisa passar pela UTU para estudar Eletricidade I. Claramente você sabe de Eletricidade I, então demonstre para mim e siga em frente. Não preciso te reter mais aqui». O mesmo teria de acontecer no mercado de trabalho, e a educação deveria reconhecer as avaliações que se fazem dentro de uma empresa. Se esta diz que a pessoa sabe fazer algo e que o faz muito bem, a educação tem de poder dizer: «Está bem, é uma habilidade que ela adquiriu». Ou seja, a empresa é parte absolutamente definitiva desse processo.

Por outro lado, a aprendizagem permanente não tem trajetória favorita. Nós sempre pensamos na trajetória de formação, mas é algo totalmente cultural com o qual devemos romper: escola, ciclo básico, ensino médio, estudos terciários e emprego. Na verdade, o que os dados nos mostram é que a metade dos uruguaios consegue trabalho entre os dezessete e os vinte e dois anos, e que o único quintil que consegue adiar essa decisão de ingresso no mercado de trabalho nessa etapa é o quinto. Ou seja, os quintis primeiro, segundo, terceiro e quarto se comportam igual, de modo que – isto também foi comentado por Cecilia Llambí e é ótimo para interpretar– essa necessidade de ingressar no mercado de trabalho só porque a família precisa de dinheiro não é tão clara para todos. Os quintis terceiro e quarto tomam decisões quanto a ingressar no mercado de trabalho igual ao primeiro e ao segundo; ou seja, há algo mais operando aí que me parece interessante analisar. Isso também nos diz que eles enfrentam o mercado de trabalho –ou seja, a última etapa desse processo de aprendizagem permanente– com o que lhes demos, basicamente, na educação secundária; os que têm mais sorte, com algum ano feito de estudos terciários. Então, aqui é preciso dar-lhes ferramentas. Por que me concentro nesta etapa? Porque as trajetórias que ficam truncadas aqui ou que se perdem aqui depois são mais difíceis de retomar. O primeiro emprego, em termos de qualidade e formalidade, incide muitíssimo na qualidade do emprego que se consegue depois. As trajetórias educacionais que se cortam aí –Juan Bogliaccini compartilhou um relato em que se via essa ideia–, ou seja, os que não terminam o ciclo básico, à medida que passam os anos, é muito menos provável que o concluam. Imaginem, por exemplo, uma pessoa de vinte e quatro anos que esteja trabalhando há algum tempo e não tenha terminado o ciclo básico, que tenha de ir se sentar para escutar de novo uma aula de Língua Espanhola. Isso é pedir muito, não sei, mas nós pedimos. Agora, felizmente, há uma prova chamada AcreditaCB, que para mim é uma imensa notícia para o sistema educacional, porque, com apenas uma prova de três modalidades, permite à pessoa validar e certificar o ciclo básico. Creio que o Uruguai tem o enorme desafio de considerar como faz para pensar no futuro, mas tentando incorporar gente que já ficou para trás. Esta é uma tensão bem complexa de gerir.

Desse lado, creio que os desafios são vários para o Uruguai, mas existem elementos culturais e instituições muito fortes –nunca tinha visto a perspectiva que Juan Bogliaccini apresentou– que precisam de consensos muito mais poderosos e precisos, e consensos trazidos desde a população. Há um monte de liceus que não têm professores de Matemática até junho ou julho; se eu fosse pai, estaria dizendo «tragam professores». Esses mecanismos não existem, porque essa informação a que Juan Bogliaccini fazia referência não é clara para quem avalia o sistema educacional, formal ou não formal. Portanto, creio que nisto há um conjunto de desafios nos quais seguir pensando.

SENHORA SANGUINETTI.- Muito obrigada, Felipe Miguez. A verdade é que surgem muitas interrogações, inquietações e vontade de aprofundar alguns conceitos, mas vamos seguir com o programado.

SENHORA FARIELLO.- Sempre me dá um certo constrangimento falar depois de ouvi-los, porque, além de eles pesquisarem essas coisas, o que eu faço sempre está em um universo menorzinho, mais voltado para os universitários. De todas

as formas, me pus a procurar alguns números porque, vindo da matemática, é difícil falar sem cifras.

Sempre me chamou a atenção o que dizia Felipe Miguez: que, dos ingressantes na universidade, 25 % já estão trabalhando e, desses, 30 % o fazem por mais de quarenta horas semanais. Sempre falamos de quantos ingressam na universidade e de quão poucos se formam, e existe como que uma irritação com a universidade por isso. Parece que me enganei de comissão, mas não, sei em qual estou, embora com muitas das coisas que vou dizer vão pensar que, reitero, me enganei de comissão.

Então, creio que é preciso pensar nessas populações. Uma vez que conseguimos que entrem na universidade e sabendo que os formados universitários têm porcentagens tão baixas de desemprego, temos de pensar naqueles que perdemos no caminho e em como fazer, por exemplo, para certificar suas formações. Há muitos que, simplesmente, não terminam a universidade porque lhes basta com dois anos de formação universitária para ingressar no mercado de trabalho, mas custou-me um monte encontrar números que quantifiquem essas situações. Sabemos que porcentagem dos universitários está empregada e que porcentagem não, mas não temos a quantificação de quem fez dois ou três anos, porque não se encontram dados sobre isso. Chama-me a atenção porque sempre se apresenta como uma variável binária, que não é tanto assim. Na França, por exemplo, classificam-se como ensino médio +1, +2 ou +3. Ou seja, a formação universitária não é «universitário» ou «não universitário», mas quantos anos de formação universitária se tem. Talvez fosse bom repensar isso para poder dizer «não sou universitário, mas mesmo assim tenho uma formação universitária», e isso é superimportante. Há pouco conversávamos com o pessoal do programa do Ceibal, Jóvenes a Programar, e eles nos contavam como foi o processo de instalação e o que os empresários esperavam. No começo, os empresários esperavam jovens com uma formação equivalente aos primeiros dois anos da Faculdade de Engenharia. É um plano totalmente diferente e, bem, foram se adaptando ao que era requerido. Isso tem a ver, justamente, com como certificar esse +1 ou +2, o que é superimportante, e também com a forma de quantificá-los, porque isso leva a tomar decisões.

Na população universitária vou me restringir muitíssimo mais, porque vou me referir aos doutorados. O que vi é que no Uruguai temos aproximadamente 4,5 doutores a cada 10.000 habitantes. Se compararmos com os países membros da OCDE, veremos que é pouquinho: na Turquia são 10 e a Alemanha chega a 70 a cada 10.000 habitantes; isso representa 1 % da população universitária do Uruguai. Qualquer pessoa que tenha incursionado na ciência não consegue evitar ter sempre presente a frase de Clemente Estable «Com grande ciência não há país pequeno» e, se escavarmos um pouco mais, «Um país é pobre porque nele não se faz pesquisa científica como preocupação fundamental do Estado». Nisso sempre aparece o tema da causalidade, o tema de onde se pode ver se vai haver mais doutores. Por isso, olhei o gráfico de quantos pesquisadores há em um país em função da renda bruta per capita. Essa informação está na publicação on-line Our World in Data, caso queiram vê-la; foi ali que a encontrei.

O que acontece no Uruguai, segundo mostra o gráfico, é que com os anos vai aumentando a renda per capita, mas a curva que representa a quantidade de pesquisadores se mantém quase plana; podemos ver uma inclinação levemente positiva. Podemos nos comparar com a Alemanha, nem se fala, mas a inclinação da Coreia do Sul, por exemplo, é incrível. O que me contava o pessoal que está um pouco mais no tema é que a Coreia do Sul decidiu que seu produto a exportar ia ser o conhecimento. No momento em que a Coreia do Sul se perguntou do que dispunha e viu que não tinha tantas matérias-primas, que as que tinha para trabalhar eram poucas, ou que o sistema produtivo era muito pequeno, no que apostou? Em uma sociedade do conhecimento. Tanto é assim que, por exemplo, nos países da OCDE, quando não lhes basta com os doutores que conseguem gerar, criam programas que atraiam doutorandos. Eu fui uma delas, pois meu doutorado foi totalmente financiado pelo Governo francês e sem me pedir nada em troca. No entanto, quando financiamos um uruguaio para que vá fazer uma bolsa no exterior, dizemos a ele: «Vá, mas você tem que voltar de qualquer jeito». «Como?». «Não importa, porque depois não há bolsa de pós-doutorado, não há nada». «Volte você e se vire como puder». A OCDE diz que os doutorados são muito importantes porque com eles é possível desenvolver inovações. Concretamente, apontam que quem tem doutorado aprende metodologia de pesquisa e análise estatística, como duas das características principais. Não sei se todos os doutorandos aprendem análise estatística, mas é algo que deveriam fazer. Também acontece que são pessoas que tiveram de empurrar a fronteira do conhecimento na área que fosse; se não se empurra a fronteira do conhecimento um pouquinho mais, não se pode obter um doutorado; exige-se conhecimento original como parte disso.

Então, quando comecei a estudar para o doutorado, parecia algo como treinar pintores para agradar a outros pintores. Eu sempre pensava na ciência assim, como a parte mais etérea, mas o que está acontecendo hoje em dia é que as empresas vão absorvendo doutores cada vez mais. Está acontecendo ao contrário conosco, pelo menos na área em que eu trabalho, que se relaciona com inteligência artificial – embora eu não goste de usar essa palavra –, em que a parte de análise de dados está sendo muito requisitada. Nesse sentido, depois que se termina um doutorado, a gente diz: «Perfeito, vou ter uma pessoa que vai me ajudar a formar outros», mas de repente ela vai embora. Também acontece de estarem captando outros cientistas, quando antes, por exemplo, se pensava que um matemático só sabia fazer matemática. Em compensação, agora lhe dizem: «Você fez matemática?». «Bem, venha e analise isto». «Mas eu não sei estatística». «Não importa, com a sua formação você aprende logo». Então, as empresas formam pessoas que estão muito ávidas por adquirir rapidamente formação, porque esse foi como o seu treinamento.

Embora eu saiba que estou como que no outro extremo do que estivemos falando, creio que sempre é preciso atender a duas coisas: a urgência, por um lado, e o futuro, por outro. Dizíamos que hoje em dia é o software que precisamos, mas amanhã não sabemos o que poderá ser. Creio que o tema vai por aí: se eu tenho muitas pessoas altamente qualificadas, elas vão nos ajudar a nos mover rapidamente de um lugar a outro. Não vou me referir novamente à covid porque todos têm muito claro como foram os movimentos ali; o que posso dizer é que são pessoas que rapidamente podem mudar de um tema para outro, além da formação de base. O fato de que a

formação não tenha sido em uma empresa, diante de um problema prático, mas em outras situações, ajuda bastante a que se adaptem.

SENHORA SANGUINETTI.- Eu acho que no final a senhora disse algo que, me parece, é uma tensão inerente a esta comissão. Justamente, como vivemos em um país que ainda tem algumas urgências, a partir desta comissão nos é colocada a nós mesmos esta tensão entre atender a urgência e atender o futuro. Indubitavelmente, o foco aqui é a Comissão Especial de Futuros, para isso estamos. Creio que é uma das comissões, se quiserem, mais interessantes nisto de ter a possibilidade de ter todos vocês, que são especialistas em suas diferentes áreas, e de compartilharem conosco suas visões, mas em paralelo temos urgências como, por exemplo, a primeira infância. Aí se nos apresenta essa tensão. Felizmente, temos o apoio de tantos especialistas. Reitero: parece-me que o nó, se quiserem, desta comissão é essa tensão entre essas duas realidades. Também é preciso cuidar da retroalimentação, porque, se não pusermos foco no futuro, a urgência a cada vez será mais urgente. Aí se dá uma relação bem interessante.

SENHORA ARAMENDÍA.- Boa tarde. Muito obrigada pelo convite, é um prazer poder acompanhá-los.

Na verdade, fiz um foco bastante diferente, por isso agradeço ter tido a oportunidade de escutar as apresentações anteriores, porque aprendi muito, são todas bem interessantes e, sem dúvida, temos de trabalhar muito nesses temas. Ao pensar nas perguntas, eu as enfoquei mais que tudo no futuro do trabalho, analisando quais habilidades eram as mais requeridas, sobretudo pelo que é a demanda, hoje em dia, com a transformação digital, as novas formas de trabalhar, como são atualmente os escritórios e tudo o que está sendo necessário como resposta por parte do mercado.

Como sabemos, tudo está mudando muito rápido. O normal, atualmente, é a incerteza e poder responder adequadamente é fundamental. Para isso, sem dúvida, precisamos ter a possibilidade de nos adaptar, ser flexíveis e estar constantemente aprendendo e reaprendendo, como diziam os que falaram anteriormente. Basicamente, deveriam-se colocar as pessoas no centro, partindo da base de que a educação lhes dará mais liberdade e a possibilidade de serem mais flexíveis, de se adaptar, de serem capazes de fazer outras tarefas novas, diferentes, ou de aprofundá-las. Temos muitas arestas diversas sobre as quais devemos identificar quais são as urgências e necessidades para buscar soluções específicas.

Quanto à educação, tem de haver mais e de melhor qualidade, tanto formal quanto informal. Isto está voltado para as tecnologias digitais. No que tem a ver com a primeira infância e os jovens, deve-se procurar que desde pequenos comecem a ter educação nas novas habilidades digitais e em habilidades mais duras, como podem ser a robótica, a programação etc., mas também temos de focar nas competências digitais que precisamos que o resto da população desenvolva, sobretudo por causa da questão da reconversão profissional. É importante que as pessoas possam conhecer as ferramentas, seus usos, que as compreendam, que conheçam quais são os riscos, bem como os diversos desafios que estamos tendo atualmente, como por exemplo a desinformação, a cibersegurança, os desafios que se

apresentam com a privacidade, a importância de atender aos direitos humanos, bem como o que é vinculado às normas éticas.

Por outro lado, o tema dos métodos de ensino é muito importante, porque precisamos de docentes bem formados, com competências específicas para poder ajudar e ensinar, tanto os pequenos quanto as pessoas que precisam se reconverter para que, justamente, possam se adaptar e se incorporar à vida profissional. Neste tema sempre temos um desafio. Na universidade estamos trabalhando no tema da transformação digital e do direito, e geralmente nos deparamos com o fato de que não há gente formada na matéria. Então, sem dúvida, nesse tema é preciso fazer sinergias entre as empresas e as universidades. As empresas precisam de mão de obra capacitada que, de repente, já existe e, por sua vez, podem nos ajudar com a formação de mais recursos humanos para que depois consigam se inserir adequadamente.

Também é um desafio desenvolver e universalizar a infraestrutura necessária e não falo só de conectividade de qualidade, mas também precisamos de equipamentos e conteúdos em idiomas, porque, frequentemente, quando nos capacitamos em novas tecnologias, os textos costumam estar em inglês ou em outros idiomas, e isso é uma barreira. O fato de ter conteúdos fáceis, de qualidade e acessíveis é um tema que temos de atender. É preciso aproveitar o que a pandemia nos deixou, no sentido de que as pessoas se acostumaram a se educar a distância e a fazer uso dessas ferramentas. Creio que isso é, de certa forma, uma vantagem que nos fez passar uma barreira, porque antes as pessoas não viam como algo tão natural o que é a educação on-line. A motivação é fundamental para aprender, porque muitas pessoas – como se mostrava nos gráficos – diziam para que iam terminar o ensino médio se na verdade não lhes servia para muito. Então, ter uma motivação e poder aplicar o que se aprende é fundamental.

A esse respeito, reitero, é importante o encontro entre as universidades e as empresas, ou seja, entre diversos atores da economia, para que justamente os indivíduos tenham uma motivação real, vejam a forma de aplicar seus conhecimentos e não os esqueçam. Há três anos fiz um curso de programação, não o apliquei mais e hoje em dia não me sinto capacitada para trabalhar nessa matéria porque esqueci. O mesmo ocorre com um idioma; aprendi português, não continuei estudando, não falei mais e esqueci. A possibilidade de aplicar o conhecimento de verdade, creio que é algo muito importante, ajuda a motivar as pessoas e a ver resultados no curto prazo, focados nas necessidades. Aqui, sem dúvida, no que diz respeito à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação, o trabalho conjunto entre o Governo, as universidades e as empresas creio que é fundamental e um dos elementos que vai nos ajudar a atender as urgências e o que é importante, conseguindo mudanças rapidamente. Quanto ao Governo, penso que é importante que se desenvolvam políticas e agendas que sejam claras, que incentivem e facilitem o trabalho, bem como o investimento em determinadas áreas, com o objetivo de criar novas indústrias, produtos, serviços, bem como também entender as necessidades que existem, tanto científicas quanto tecnológicas, focando os esforços para atendê-las, porque, de repente, se nos pomos a estudar coisas que não são aplicáveis, começamos a gerar desencontros.

Além disso, creio que a inovação vem das pessoas, por isso precisamos de recursos humanos formados para que criem esse conhecimento, entendam a inovação e continuem a desenvolvê-la, como uma roda. Do mesmo modo, considero importante ajudar as startups, os empreendedores, as PMEs, para que possam desenvolver, atender as necessidades e gerar mais trabalho, mais pesquisa, mais desenvolvimento e mais inovação.

Do lado das universidades, é importante que promovam a pesquisa em termos e em áreas onde a indústria e o interesse público exigem maiores esforços. Dessa forma, creio que os recursos vão ser focalizados e será mais fácil conseguir financiamento, motivação, aplicação, transferência, bem como absorção dos recursos. Entendo que, se há compartilhamento com a indústria e se fazem esforços conjuntos entre universidade e indústria, o desenvolvimento da inovação será facilitado; haverá mais fontes de financiamento, como eu dizia; será mais simples manter e melhorar os equipamentos, bem como motivar e treinar as pessoas, ao mesmo tempo em que também atendemos as necessidades reais. Não se deve esquecer que hoje em dia temos necessidades econômicas e sociais reais.

Creio que também é importante impulsionar, ajudar e incentivar os empreendedores e que se gerem startups também a partir das próprias universidades que contribuem e colaboram nisto. Creio que já há exemplos no nosso país, com muito bons resultados. Isso nos permite gerar mais experiência, mais projetos, que vão se transformando em realidade. Isso, sem dúvida, gera mais trabalho, mais desenvolvimento, mais inovação para todos.

Por outro lado, também do ponto de vista das universidades, é importante que se gerem alianças entre elas em nível nacional, regional e internacional, bem como também com empresas, para facilitar o desenvolvimento e permitir que haja intercâmbios, que os alunos possam conhecer outras realidades e que depois possam trazer esse conhecimento para o país. Isso nos ajuda a todos a continuar nos desenvolvendo. No que tem a ver com o setor produtivo, entendo que é importante que se invista cada vez mais no que é pesquisa, desenvolvimento e inovação, em empreendimentos, em startups. Creio que ainda estamos em etapas muito iniciais nesses temas, mas, se nós precisamos de recursos humanos especializados – e as empresas, as universidades, o país precisam deles –, é importante que tenham inserção profissional e que, enquanto estão se formando, também tenham a possibilidade de ir aplicando seus conhecimentos, de estar mais motivados, de atender problemas reais, com as consequências e as bondades que isso traz.

Por outro lado, entendo que é importante que as indústrias sejam claras sobre quais são as suas necessidades, que estejam abertas e contribuam ativamente para desenvolver projetos em conjunto com as universidades, a fim de que a pesquisa se aprofunde e de que os recursos humanos possam ser absorvidos pelo mercado. Para isso é importante a formação, a aprendizagem constante, e creio que alguns modelos que podem ocorrer são, por exemplo, com mentorias ou estágios, por meio de acordos feitos entre universidades e empresas. Dessa maneira, os estudantes podem aplicar os conhecimentos, têm saídas profissionais reais e ficam mais motivados. Comigo aconteceu, por exemplo, quando eu estudava nos Estados Unidos, que eu tinha um grupo de

trabalho que era multidisciplinar, transversal – havia um programador, um arquiteto de redes, um MBA; eu era uma advogada estudando tecnologia – e trabalhávamos com uma empresa, com a fundação de Bill Gates, para solucionar um problema concreto que eles tinham com os trabalhadores de aplicativos. Então, tínhamos um problema real e tentávamos buscar soluções. Isso, sem dúvida, nos realizava muito mais. Creio que temos de trabalhar de forma proativa como sociedade, reduzindo o que são as lacunas. Entendo que precisamos de novas competências. Devemos ter a capacidade de responder adequadamente diante do que é a incerteza. Temos de poder nos adaptar, ser flexíveis e desenvolver novas habilidades complexas desde cedo, mas também impulsionar a reconversão das pessoas que, de repente, não tiveram essa educação, de maneira que possam fazer parte de diversos projetos e equipes multidisciplinares, todos contribuindo a partir de diversas áreas. Realmente a educação é a melhor ferramenta que temos para responder aos novos desafios e ao futuro do trabalho, e creio que a chave para responder da melhor forma é, justamente, fazendo sinergias e desenvolvendo relações de confiança entre os diversos atores do ecossistema, principalmente entre o Governo, as universidades e as empresas.

SENHORA SANGUINETTI.- Resta-nos aproximadamente meia hora para abordar a pergunta número dois. Dispomos de cinco minutos por especialista, mas proponho deixar fluir conforme a conversa for vindo e que não seja tão rígido. A segunda pergunta é: «Que sistemas e modelos educacionais podem facilitar a aprendizagem que acompanhe a mudança permanente?».

Não sei quem tem vontade de começar com essa pergunta.

SENHOR DUTRA.- Posso começar eu, se estiverem de acordo, porque, na verdade, compartilham conosco várias coisas que mobilizam a gente a ter de intervir imediatamente.

Creio que estamos em uma conjuntura que nos obriga a gerir essa tensão entre o imediato e o futuro. Indubitavelmente, com critério muito pragmático, temos de começar a encontrar a forma de encarar esse futuro que nos estão sinalizando, por exemplo, a partir do setor de TI, no sentido de que nos próximos dois anos serão criados quatro mil postos de trabalho e hoje não há gente formada no país para preenchê-los. Quando estamos sentados a essa mesa, nos dizem para termos presente que, sem prejuízo de que encaremos uma série de soluções para isso, como podem ser assinar acordos com a Microsoft, com a Amazon; abordar o nível um de habilidades digitais ou o desenvolvimento de uma linha orientada a certificar bootcamps no país etc., no próximo ano haverá dez mil postos de trabalho nesta situação, porque é um setor que quer crescer, aspira a chegar a 5 % do PIB, é bem-sucedido, exporta e está inclusive impactando a diversificação produtiva dos outros setores. Esse é um sinal muito forte que para nós implica encontrar hoje respostas. Estamos encontrando, mas é preciso saber que a bússola aponta por aí e que temos de seguir avançando. Isso nos abre, imediatamente, dois pontos na agenda, que têm a ver com a conclusão de ciclos e com os idiomas.

O setor de TI claramente nos está dizendo que incorpora os jovens que tenham o ensino médio superior concluído. As respostas que podemos implementar são para aqueles que chegam a esse nível. Nesse ponto, damos a eles formação específica em programação e podemos inseri-los rapidamente. Ou seja, a conclusão de ciclos é um tema que deve entrar na agenda. É um tema que não se limita à ANEP; hoje não é um tema que possa estar na agenda dela. As empresas estão nos pedindo que as apoiemos para mandar seus trabalhadores concluírem os ciclos. Os sindicatos estão nos dizendo que os apoiemos para que seus filiados concluam os ciclos. Por ora, as ferramentas que a ANEP desenvolveu, como tutorias, o Ciclo Básico Tutorado ou o Proceso, são ferramentas que devemos ativar, potencializar e projetar nesta linha.

O segundo ponto que o setor de TI nos abre, que também está vinculado ao tema da diversificação e à orientação para o mercado externo, tem a ver com idiomas. Este tema hoje foi abordado pelo Conselho Diretor do Inefop. É um gap enorme que o Uruguai tem. De modo que temos de resolvê-lo e habilitar mecanismos que rapidamente solucionem ou facilitem a resolução dessa lacuna educacional. Há um tema que também creio que vimos tratando de maneira muito isolada, desarticulada, e que temos de abordar de forma mais integrada, muito mais efetiva e com um nível de eficiência maior. Refiro-me à acreditação e à certificação de saberes. Se reconhecemos que a aprendizagem permanente é um objetivo e que requer incorporar o que se aprende ao longo da vida, tem de haver mecanismos que facilitem que as pessoas possam certificar seus saberes, sejam eles adquiridos por meio da formação ou da experiência. Hoje o país conta com mecanismos que se limitam a uma realidade restrita, como pode ser o que estamos fazendo com a certificação de competências no Inefop, no marco do Uruguay Certifica; o que está fazendo o Conselho de Educação Técnico-Profissional em matéria de acreditação de saberes ou o que faz a ANEP com a acreditação do ciclo básico. Isso tem de estar muito mais articulado e disponível para que as pessoas possam resolver este tema.

Vou dar algumas manchetes. Aqui dissemos que as trajetórias e os itinerários formativos devem ser muito mais flexíveis, mas isso é possível na medida em que existam mecanismos de orientação educacional-profissional disponíveis para as pessoas. Estamos apostando numa linha muito forte no que se refere à conclusão de ciclos, porque acreditamos que deve terminar com um apoio em matéria de orientação educacional-profissional para que as pessoas possam contextualizá-lo rapidamente. Fizemos acordos com liceus de onze departamentos do país para que os estudantes de quinto e sexto ano recebam orientação educacional-profissional. Lembro que com Juan Bogliaccini e Felipe Miguez trabalhamos no desenho de um mecanismo que permitisse articular o que acontece na órbita da UTU, da ANEP e do Inefop. Trata-se de uma espécie de portal que facilita à pessoa construir seu próprio itinerário e projeto ocupacional de acordo com a realidade em que se encontra.

SENHOR BOGLIACCINI.- Vou ser breve.

Quero simplesmente olhar de novo o quadro geral. Esta é a Comissão Especial de Futuros e, se olharmos para a frente e para os nossos jovens, veremos que há dois

buracos gigantes no nosso Estado de bem-estar: de zero a três anos e a conclusão do ciclo secundário.

O presente gráfico mostra a conclusão do ciclo secundário para a população de entre vinte e vinte e quatro anos. Nós somos o ponto vermelho que está embaixo, só acima da Guatemala; há alguns anos chegava a 41,6 %, o que significa que quatro de cada dez estudantes o conseguem. Ali se inclui a gente que antes não podia acessar a universidade e agora está estudando, e além disso os que têm pais que terminaram o ensino médio. Tudo o que os senhores disseram se refere a esses quatro de cada dez, mas é preciso lembrar que os restantes seis de dez não estão aqui e as empresas não os querem porque não terminaram o ensino médio. Por que isso nos acontece? Já sabemos! Isso nos acontece porque temos defasagem e abandono. A defasagem desmotiva fortemente o binômio esforço-conquista – sobre o qual está construída a nossa sociedade – e adia a satisfação, a partir do estudo. O abandono – já mencionado por todos – significa que a pessoa sai do sistema e voltar a trazê-la é muito difícil.

O segundo novo contrato social tem de ser uma revolução de incorporação, transferência de zero a três anos. Esclareço que estou falando de transferência séria; estou falando de \$ 30.000 por mãe com filho de zero a três anos; estou falando de tirá-los da pobreza. Devemos, além disso, baixar as taxas de repetência. Tenhamos um contrato social! Vejamos quanto é a média na OCDE; não digo que a eliminemos. É 2 %? Bem. Façamos 3 %, mas não 35 % nos primeiros anos do ciclo básico, porque é um a cada três. Este é o Uruguai do futuro. Com base em tudo o que estivemos falando – tenho uns slides para também falar do outro –, já deixamos gente de fora. Então, somos tão bons como país quanto o pior de todos nós. Precisamos que todos cheguem. Não há países desenvolvidos com taxas líquidas de conclusão do ensino médio menores que 95 %. Não há! O melhor na América Latina é o Chile, com 82 %, e vejam os conflitos que eles têm em matéria educacional, em parte porque avança desigualmente, avança mal, mas no nosso caso estamos deixando as pessoas de fora. Não sabemos – María Inés Fariello dizia que não tinha encontrado os números – quantos universitários temos com mais de um ano, dois anos ou três anos. Os dados não foram encontrados porque não os temos.

Há muitas outras coisas que são extremamente importantes, como a semana de quatro dias de trabalho, desenhar instrumentos de tributação dos robôs e favorecer planos de certificação educacional, entre outras. É muito importante olhar para trás, mas os que vêm atrás de nós não estão chegando. A única coisa que temos para vender ao mundo é conhecimento. A sustentabilidade do país depende disso. Não podemos insistir mais nisso.

Muito obrigado.

SENHORA LLAMBÍ.- Várias das coisas que eu tinha para manifestar já foram ditas. Vou tentar me concentrar em algumas outras.

A meu ver, há duas grandes áreas para trabalhar. Uma é a formação das novas gerações: crianças e jovens que estão – ou estarão – dentro do sistema educacional. Outra é, paralelamente, a formação e requalificação ou reskilling and

upskilling de todos os adultos ou jovens que já estão no mercado de trabalho, mas fora do sistema educacional. São duas populações objeto de tipos distintos de políticas, embora algumas delas possam se tocar em algum ponto.

Dentro do sistema educacional, eu havia assinalado alguns aspectos a destacar. Um é que, ao enorme desafio que o nosso sistema educacional já tem – como se assinalou aqui – quanto ao acesso, à qualidade, ao abandono escolar e à equidade, entre outros, agora se soma – se estamos pensando no futuro – o de identificar e definir prioridades curriculares em um mundo em mudança.

Agora está sendo feito um novo marco curricular, que é um avanço importante, mas talvez isso também precise de um mecanismo – como já assinalava Felipe Miguez – um pouco mais ágil quanto ao seu planejamento, para que não nos leve anos cada vez que quisermos mudar um marco curricular. Devemos ter um marco de habilidades e competências que atendam ao desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas fundamentais, transversais, socioemocionais, digitais e tudo aquilo que devemos ter. Isso é o primeiro. Além do marco curricular, seria sumamente desejável ir para o como e estabelecer que tipos de atividades devem ser desenvolvidas para que as crianças e os jovens adquiram essas habilidades-chave, ou seja, quais estratégias devem ser seguidas. Claramente, é preciso mudar algumas estratégias.

Podem-se olhar estudos realizados lá fora, mas também os há aqui. Um do Ineed, de pouco tempo atrás, identificou os centros educacionais que tinham resultados melhores do que os esperados – já o conhecem – em relação ao contexto socioeconômico dos alunos que atendem. Ali o que se vê são algumas estratégias, como por exemplo favorecer a aprendizagem autônoma, desenvolver atividades que têm maior demanda cognitiva etc. Isso está gerando melhores resultados. Então, seria preciso focar em como desenvolver essas estratégias dentro do sistema educacional para motivar a aprendizagem de algumas competências e o aprender a aprender.

Também é importante com o que se faz; não é só o outro. É preciso oferecer recursos e espaços de colaboração. Se se quer facilitar a aprendizagem baseada em projetos e outro tipo de estratégias, também é preciso oferecer recursos para educadores e espaços de colaboração para a aprendizagem. Aí toco o tema dos educadores e docentes, que já assinalaram por aí, mas que é o pilar fundamental de qualquer mudança educacional. Sem isso não vamos poder ter sucesso. É assim. É fundamental atender às transformações na formação inicial docente – e há um trabalho de Vaillant que o assinala –, já que há um currículo fragmentado, um formato liceal e um monte de coisas que é preciso mudar nessa formação inicial docente, assim como na formação em serviço dos docentes. O Uruguai tem das mais baixas coberturas de formação em serviço docente, segundo dados do PISA e do Ineed.

Para mim aí há dois pontos importantes para atacar. Um se refere à política de profissionalização docente. Devemos ter uma política que estimule a ascensão com base na formação acadêmica, na formação em serviço, na incorporação de iniciativas inovadoras em sua prática. Tem de haver algo que motive e que haja uma política de profissionalização.

O outro é abordar alguns desafios de formação dos próprios docentes. No último relatório do Ineed, de 2021, estão os temas que os docentes consideram

indispensáveis que têm de saber ou aprender para poder transformar sua prática educativa. Em primeiro lugar, estão as habilidades transversais. 43 % dos docentes dizem que é indispensável ter isso; que não o sabem e que devem tê-lo. Também estão as habilidades digitais e o trabalho com grupos heterogêneos, como assinalava Juan Bogliaccini; se temos turmas com diferentes tipos de habilidades, eles têm de poder trabalhar com isso. Por sua vez, está a aprendizagem socioemocional etc. Estou totalmente de acordo com o que já mencionaram sobre os jovens e a formação de adultos. Em manchetes, o primeiro é que é preciso estender e fortalecer programas que incorporem o trabalho como âmbito de formação. Não pode ser a única alternativa, porque talvez não tenhamos um mercado para isso, mas me parece que tem muitas vantagens.

O outro é o tema da educação técnica e tecnológica que já mencionaram. No caso da aprendizagem não formal voltada para os adultos, parece-me que há duas ou três coisas importantes a mencionar. Uma é identificar as necessidades da população – o que Juan Bogliaccini mencionou sobre o PIAAC pode ser uma via, mas o certo é que deveríamos tê-lo – e outra é instalar um mecanismo para identificar as áreas do mercado de trabalho onde há lacunas, que nos ajude a orientar recursos para programas de capacitação e a colocar os subsídios nos programas que são necessários e, também, na orientação profissional.

SENHORA SANGUINETTI.- Muito obrigada. Se estiverem de acordo, depois as apresentações poderiam ser distribuídas, porque ali há muita informação relevante.

SENHOR MIGUES.- Justamente Cecilia Llambí trouxe dois exemplos de como o desenho institucional determina as possibilidades ou as decisões que as pessoas tomam. No relatório do Ineed de que se falava, distinguem-se os elementos que caracterizam os centros educacionais e os elementos que fazem com que os centros educacionais sejam melhores. Não vou discutir estatisticamente qual é a diferença, mas uma característica dos centros educacionais que rendem melhor é que têm muitos docentes que trabalham há muitos anos no mesmo centro. O sistema de escolha de horas – está validado há séculos e todos nós sabemos – incentiva que os docentes girem pelos contextos mais críticos e não fiquem muitos anos ali. Esse é um primeiro exemplo. O segundo que me vem à mente é o da profissionalização docente. Qual é o incentivo do docente para se formar? Onde isso se expressa na sua carreira docente? De que maneira? Com que força? Esses são aspectos que parecem bobos e simples, mas que disparam as escolhas. Não é que os docentes sejam ruins, mas que decidem racionalmente; eu decidia igual a eles. O que acontece é que as regras do jogo e o sistema educacional não estão preparados para premiar quem é excelente e melhorar quem anda mal, apoiando-o e dando-lhe uma mão para que aprenda a dar melhores aulas. Há duas ou três pontinhas que me parece bem interessante mencionar aqui com alguns exemplos. Primeiro, a aprendizagem de futuro é bilíngue e, como dizia Guillermo Dutra, não o é metendo um ensino médio bilíngue às pressas, mas a partir do CAIF, desde idades muito precoces. O idioma se aprende muito melhor e muito mais facilmente desde idades precoces. Esse é um ponto bem interessante.

A respeito dos programas, da última vez eu disse – e correndo o risco de repetir, volto a trazer – que no ano passado, em uma entrevista com o diretor do CED para uma

pesquisa que fazíamos com a CAF e a OIT, ele dizia que estão pensando em planos de formação de quatro anos nos quais só se desenhem os três primeiros; o quarto fica em branco até chegar o terceiro e só então é desenhado. Caso contrário, se eu ponho a pessoa para estudar durante anos algo que previ hoje, eu a condeno. Esse tipo de coisa, que parece ficção científica para nós e para o sistema educacional uruguaio, está acontecendo no mundo e são maneiras de encarar os problemas na região.

Quanto à transição escola-trabalho, existe a ideia de incorporar o mercado de trabalho de maneira definitiva para não perder tempo demais em discussões de incorporação. No Uruguai ainda temos muitas discussões sobre se formamos para o mercado de trabalho ou para pensar criticamente, como se fossem duas coisas distintas. É a mesma coisa, porque todos pensamos criticamente no trabalho. Então, perdemos muito tempo em coisas que deveríamos resolver rápido. É dual; não só a modalidade é dual, mas os adultos, quando forem se formar, vão fazê-lo trabalhando. Portanto, é preciso incorporar essa formação na oferta educacional que se faz, nos horários, na modalidade e na carga que se propõe. É preciso formar docentes para que, daqui a algum tempo – tomara –, recebam na graduação, inclusive em cursos de ensino médio, pessoas de dezoito anos, mas também de quarenta e cinco, que voltam a estudar uma carreira. Como é essa aula? É esquisitíssima, porque há uma pessoa que trabalha há muito tempo e de repente aparece um colega que acabou de entrar. Como compatibilizamos isso também é um mistério, mas, se fizermos as coisas bem, essa é a aula do futuro. Então, aí é preciso levar isso em conta. Há outro tema que tem a ver com repensar o que entendemos por ensino médio diversificado e de diversificação. Como eu disse há pouco, a UTU tem vinte e duas opções para os garotos de catorze e quinze anos. Não sei que decisões os senhores tomaram aos catorze ou quinze anos, mas eu me afogo entre vinte e duas opções; já Humanístico, Científico e Biológico era extremamente complexo e além disso determinante; isso é o importante. Quando se toma uma dessas opções, caminha-se quatro anos para a frente. Creio que na formação há muito mais opções, porque há alunos escolhendo matérias e caminhos que dialogam rapidamente entre si – um pouquinho técnicos, um pouquinho universitários, um pouquinho do mercado de trabalho – e o docente não ensina mais a matéria, acompanha o garoto em processos de aprendizagem individuais, ajuda-os a não se frustrar e a desenhar estratégias.

SENHORA FARIELLO.- Há uma coisa que Felipe Miguez disse que creio ser fundamental, que é elevar o perfil das formações do tipo da UTU.

Muitas vezes acontece de as tecnológicas serem uma alternativa para terminar o ensino médio formal, que aproxima muito mais rápido do mercado de trabalho. Isso não vale só para as tecnológicas, mas também para todas as outras. Parece-me que é um problema gravíssimo do país menosprezar esse tipo de formação. Não sei se é por meio de uma campanha de marketing, mas é preciso elevar muito o perfil delas.

Por outro lado, vejo que há algo que se repete bastante. Parece-me que é preciso formar bilíngues. Pessoalmente, fiz o experimento com a minha filha. Durante cinco anos deixei que ela visse desenhos animados só em inglês. Hoje me disse: Mum, I'm trapped. Por sua vez, faz dois anos que ela vai ao Colégio Alemão, mas ainda não consegue dizê-lo nesse idioma.

Então, é preciso ver como pensamos. Ou seja, não pensar em cursos de ensino médio biculturais, mas sim que às vezes há estratégias que são extraescolares. O tema é como as transmitimos, como as diversificamos. Esse experimento, obviamente, na minha casa funciona, mas talvez uma pessoa que está preocupada em sair para comer não vai se preocupar em colocar a Netflix em inglês e em obrigá-lo. Isso me leva a pensar que o que está comprovado é que falamos muito do currículo no sucesso escolar, mas não nos referimos tanto às comunidades. Uma das variáveis mais importantes nesse sucesso é o quanto os pais se envolvem com as escolas dos filhos. Há uma quantidade de artigos sobre isso. Por sua vez, vemos isso nas escolas públicas no dia a dia. Trata-se de escolas em contextos onde os pais têm melhor formação e se envolvem muito nas comissões de fomento. Elas funcionam muitíssimo melhor do que as localizadas em outros contextos nos quais, de repente, os pais não têm esse tempo. Acontece no Uruguai. Também vi que isso mesmo acontecia com as minhas amigas na França quando começaram a dar aula na universidade e, por pontuação, tinham de ver onde podiam escolher. Sempre caía para elas a banlieue parisienne, ou seja, os arredores de Paris. Passavam um tempo e, assim que podiam, iam embora. Quer dizer que isso mesmo acontece aqui e no resto do mundo.

SENHOR MIGUES.- Isso está estritamente vinculado à permanência de docentes estáveis nas escolas.

SENHORA FARIELLO.- Exatamente.

SENHOR MIGUES.- É uma contrapartida mais difícil.

SENHORA FARIELLO.- Totalmente de acordo. E se é uma escola de contexto crítico onde há um ambiente hostil, ninguém vai querer ficar trabalhando ali. Então, devemos pensar no currículo, mas também em como conseguimos que as comunidades ao redor da escola se envolvam com ela.

Por outro lado, falamos muito de como formar os professores. Antes diziam como seria bom que alguém que trabalha com Java fosse dar aulas em um liceu. Na verdade, é ao contrário: como seria bom que o professor do liceu pudesse fazer um estágio em uma empresa e aprendesse a programar. O que acontece é que para isso eles precisam ter tempo. Parece-me que o contexto de muitos é que a carga horária das aulas que dão é grande demais. Queremos exigir dos professores que se formem, que sejam criativos e que façam aprendizagens baseadas em projetos, mas é preciso ver quando eles pensam nisso e quando podem sair da maneira de dar aula. Isto é, se só dou aula o dia todo, a única coisa que posso fazer é repetir ano após ano, porque não há jeito, por mais vontade que se tenha. Portanto, repito, é preciso ver como fazemos isso. Quero me referir muito brevemente a uma ferramenta muito útil, que é o Plan Ceibal. Há algum tempo eu pensava nisto do Jóvenes a Programar e em como as escolas rurais poderiam funcionar como centro da comunidade para ser, por exemplo, um lugar de formação das mulheres rurais. Tenho a criança que vai se formar e também a mamãe que ficou. Em geral se trata de mães jovens que mandam seus filhos a essas escolas rurais e, muitas vezes, têm de ficar em casa, no campo, fazendo as coisas. As mulheres não são somente a reserva de trabalho, mas têm muitas capacidades. Então, seria preciso conseguir uma forma de compatibilizar essa escola, que muitas vezes atende somente duas ou três crianças, e ver se esse local

– que já está funcionando – pode ser utilizado também como um lugar de aprendizagem para outras pessoas da comunidade que nunca vão chegar à cidade, à universidade nem à UTU para se formar.

SENHOR MIGUES.- Quero me referir a mais um aspecto.

O problema que ela trazia, que se vê a partir do Inefop, dos docentes dos cursos de Desenvolvimento Web e de Java, é algo real. O custo de oportunidade de estar dando aula para alguém que atua no mercado de trabalho profissional é altíssimo, e o mais provável é que nas inovações aconteça sempre. Ou seja, os que estão aprendendo a executar estão nas empresas e ganhando muito bom dinheiro. Então, como fazemos para somá-los ao sistema educacional e que nos ajudem, aos professores, a aprendê-lo, mas também aos garotos e, de repente, ser profs mesmo sem terem passado pelo IPA? Como faço para que venham rápido e possam dar boas aulas? Esse é outro desafio.

SENHORA FARIELLO.- No Pedeciba fazemos o programa Acortando Distancias, que consiste em estágios que se cursam no verão – geralmente em fevereiro – para professores de liceu que vêm realizar pesquisa em matemática. Obviamente são pouquíssimos porque os recursos são escassos. Fui tutora de um deles e ali se deu uma experiência ótima, de uma moça que era professora de Matemática e que fez um estágio no que eu pesquisava, referente à matemática aplicada à biologia. Ela me disse: «Isso me cai superbem, porque assim posso interagir com os outros docentes e começar a formar». Então, às vezes um estágio não precisa durar um ano, mas pode ser pensado para o verão – embora seja quando eles podem descansar –, em particular no mês de fevereiro, que é um bom momento de oportunidades para compatibilizar essas coisas. É um programa lindíssimo, embora sejamos poucos os que dizemos «este ano me dedico a isso», porque exige um monte. No entanto, se formos nos revezando, aos poucos vamos cursando.

SENHORA ARAMENDÍA.- Para encerrar, quero enfatizar o que diziam agora há pouco, a respeito do que mencionei antes: a importância de trabalhar entre as universidades e as empresas. Claro que isso também se aplica às necessidades do ensino médio. Justamente a isso eu queria me referir: é necessária uma formação muito específica que os docentes não têm, mas as empresas sim. Nesse caso, o desenvolvimento de políticas que incentivem as empresas a ceder horas de sua equipe para capacitar e trabalhar tanto nos liceus quanto nas universidades, creio que pode ser uma ferramenta baseada no incentivo para o novo trabalho conjunto. Por outro lado, quero destacar quatro pontos e depois desenvolver alguns comentários finais.

Sem dúvida, precisamos de aprendizagem contínua ao longo de toda a nossa vida, mas creio que é importante levar em conta que isso deve ser responsabilidade de cada um de nós e que temos de ser proativos nisso. O nosso papel na família, com os irmãos e amigos, e na comunidade, deve ir no sentido de colaborar para que outros também tomem consciência disso.

A esse respeito, quero enfatizar a importância de sensibilizar. Às vezes acontece de minhas amigas – que são profissionais – me comentarem que suas irmãs não sabem

o que estudar ou que estão sem trabalho e, quando lhes digo por que não se põem a estudar algo de TI, onde há uma grande demanda, percebo que isso nem estava no radar delas. Então, creio que ainda falta muito universalizar a ideia de que ali há uma demanda real e que com um pouco de conhecimento já é possível chegar a ter uma inserção profissional, para depois continuar aprofundando. Creio que ainda isso não se sabe e que as pessoas não o têm muito identificado.

Por outro lado, quero destacar a experiência da Estônia, um país que sempre tenho como referência por como se atualizou rapidamente e trouxe o futuro para o presente, sobretudo dando ênfase à digitalização e à tecnologia. Entre as chaves que usaram para a transformação educacional, obviamente tomaram muitas medidas, mas vou fazer alguns destaques.

Em primeiro lugar, basearam-se na igualdade de oportunidades. Refiro-me a que procuraram garantir a educação obrigatória em todo o país – ou seja, também nas escolas rurais – e tiveram grande atenção às crianças com determinadas necessidades especiais. Do mesmo modo, deram importância às línguas e ao corpo docente, que é bem valorizado. Busca-se que este último tenha uma formação contínua, que seja focada e que se realizem práticas inovadoras.

Em segundo lugar, buscou-se a educação altamente tecnológica. Aqui falamos de programação, de aprendizagem referente à criação de videogames e ambientes virtuais. Quer dizer que se buscou despertar a curiosidade científica dos alunos. Por outro lado, deu-se ênfase à criatividade e ao pensamento crítico. Trabalha-se com problemas reais. Busca-se que, fora da sala de aula, trabalhem com projetos que não sejam necessariamente acadêmicos, mas em que seja possível ver sua aplicação na prática.

Por fim, destacamos a importância da pesquisa e da formação contínuas. Temos de ter consciência de que em todos os momentos da nossa vida devemos nos capacitar para nos adaptar, ser flexíveis e responder adequadamente às novas necessidades.

Obrigada.

SENHORA SANGUINETTI.- Antes de encerrar, quero assinalar que no início da reunião omiti agradecer a Lydia Garrido e a Inés Fynn, do PNUD, que nos apoiam neste trabalho da comissão.

Foram ditas muitíssimas coisas valiosas e relevantes, mas eu gostaria de fechar com um conceito. Indubitavelmente, aqui estamos pensando em grande e em macro e, se quiserem, temos a possibilidade de influir no que tem a ver com a construção de política pública de grande porte, mas sabemos – e aqui foi dito – que somos um país onde ainda falta azeitar bastante a interação entre academia, Estado e setor privado. Por isso, creio que nesse sentido há um caminho bem relevante a percorrer. Enquanto pensamos em grande e impulsionamos essas grandes mudanças, também há questões pequenas que podem parecer insignificantes, mas que, a partir deste Legislativo, podemos impulsionar.

Falou-se muito dos dados. No ano passado, coube-me compartilhar um painel com uma pessoa que me disse uma frase que ficou ressoando na minha cabeça. Quem lhes fala trabalha bastante

em temas de deficiência e é uma área em que quase não temos dados. Essa pessoa dizia que, quando um país não mede algo, dá-se o sinal de se o prioriza ou não. Muitos dos acadêmicos que estão estudando um tema tão relevante e sensível como a educação em nosso país estão se deparando com a falta de dados.

O senhor Bogliaccini dizia que há dados que não são compartilhados. Enquanto sonhamos e pensamos em grande nessas questões que temos de impulsionar, há passos pequenos que, quem sabe a partir do nosso lugar, podemos ajudar a mover. Por isso, hoje os que integramos esta comissão estamos dispostos a receber suas sugestões e ideias em relação a esses micropassinhos, enquanto pensamos nos grandes.

Muito obrigada, novamente.

SENHORA FARIELLO.- É muito importante legislar sobre o tema de compartilhar os dados, porque no Uruguai há um forte problema cultural, já que existe o temor de que, se esses dados forem compartilhados, então as falhas vão aparecer. Obviamente as falhas vão aparecer. Pessoalmente tive uma experiência muito ruim quando estive no GACH. O presidente da república havia ordenado que lhe fossem dados todos os dados de que o GACH precisasse, mas não foi assim. Ou seja, nos deram, mas nos fizeram assinar um acordo de confidencialidade no qual até os modelos que geráramos deviam ser confidenciais, ao que nos negamos completamente. O compromisso dizia que nos davam os dados, mas que não podíamos dizer nem uma conclusão em público. Nem sequer podíamos dizer que a pandemia estava em tal faixa etária em um momento e em tal outra em outro momento, coisas tão insignificantes como essas. Nem se fala dos dados de mobilidade por telefonia, que foi um acordo com a Antel, mas na base da confiança de pessoa a pessoa. Conseguiu-se, mas obviamente há uma parte comercial. A maneira como os dados eram pedidos era sumamente agregada e não revelava dados sobre a telefonia, mas sobre a mobilidade de pessoas. Era preciso ter muito cuidado por causa de um monte de regulamentações existentes sobre a privacidade das pessoas, mas eram sempre dados agregados. De genômica, nem se fala, porque ali havia uma confusão tremenda. Com isso dou alguns exemplos de um momento sumamente crítico para o país, em que havia um mandato do presidente da república, mas mesmo assim, nesse contexto, foi superdifícil de conseguir. Havia muita aspereza e cada vez que pedíamos dados novos enrolavam.

SENHORA SANGUINETTI.- Os senhores são os acadêmicos e para nós são insumos valiosos do que é a legislação comparada. Se conhecem países que avançaram na linha correta nesse sentido, estamos abertos a receber a informação. Muito obrigada a todos.

Encerra-se a sessão.

(São 18h03).

Montevideu, Uruguay. Poder Legislativo.